



Ao Governo do Estado do Pará,

À Secretaria Especial de Integração Social do Governo do Pará,

Ao ITERPA,

Ao IDEFLOR-BIO,

Ao NUPINQ-PA,

Ao Presidente da Assembleia Legislativa do Pará,

À Presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI),

Ao Ministério Público Federal de Santarém,

À 6ª Câmara do MPF,

Ao Ministério Público do Estado do Pará (MPE-PA),

Nós, lideranças dos povos indígenas Katxuyana, Tunayana, Kahyana, Txikiyana, Tiriyo, Hexkaryana, Karahawyana, Kamarayana, Xowyana, Parukwoto, Xerew e Waiwai, acompanhados de lideranças indígenas dos povos Baré, Gavião, Munduruku, Sateré-Mawé, entre outros, estivemos reunidas na aldeia Matrinxã, na Terra Indígena Katxuyana-Tunayana, entre os dias 20 a 22 de março de 2017 para a IV Assembleia Geral dos Povos Caribe da Calha Norte do Pará.

Durante a Assembleia, fomos informados pela Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana (AIKATUK) sobre o memorando 30/2017, referente ao processo 08620.005272/2013-33, encaminhado pela DPT/FUNAI para diversas instituições envolvidas na regularização territorial da Terra Indígena Katxuyana-Tunayana e do Território Quilombola Cachoeira Porteira. Através deste memorando, conhecemos a proposta que a DPT/FUNAI apresentou ao Governo do Pará como alternativa para a compensação da porção de terra na calha do rio Mapuera (área de 4 aldeias indígenas), incluída dentro da TI, por outra porção no limite norte, próximo ao Kaspakuru, incluída dentro do TQ. Esta compensação foi fruto de um acordo entre indígenas e quilombolas assinado em agosto de 2015.

Sabemos que essa proposta surgiu após a III Assembleia dos Povos Caribe da Calha Norte do Pará, ocorrida em Kaspakuru, na TI Katxuyana-Tunayana, em julho de 2016. Apenas nessa ocasião nos apresentaram os mapas dos limites entre a TI e o TQ, confeccionados a partir da vistoria técnica, realizada pelo ITERPA e IDEFLOR-BIO com o acompanhamento da FUNAI em março/abril de 2016. Ou



seja, não nos mostraram, ao final da vistoria, os resultados dos trabalhos realizados em campo para que pudéssemos nos manifestar naquele momento. Entendemos que esta vistoria não colocou em prática o acordo previamente estabelecido entre indígenas e quilombolas, na medida em que aldeias antigas, cemitérios e locais de caça e pesca localizados nos rios Kuha (Velho) e Kaspakuru, tradicionalmente ocupados pelo povo Kahyana, ficaram fora dos limites da TI e dentro da TQ.

Apesar disso, não quisemos rediscutir o acordo com os quilombolas, pois esse processo foi longo e fruto de muitas reuniões que participamos entre 2012 e 2015. Essas reuniões geraram conflitos e disputas com os nossos vizinhos quilombolas, que não estamos dispostos a repetir. Por isso, solicitamos que os representantes dos órgãos públicos presentes na III Assembleia (MPF, FUNAI, Iepé, IDEFLOR-BIO, CTI) conduzissem aos ajustes necessários para o cumprimento do acordo.

Nós, povos indígenas da TI Katxuyana-Tunayana, soubemos que a FUNAI fez uma proposta alternativa que até hoje não foi respondida pelo Estado do Pará. Não aceitamos que o Estado nos responsabilize pelos erros cometidos pelos próprios órgãos responsáveis pela regularização fundiária da TI e TQ. Exigimos que o governo do estado se manifeste a respeito das propostas apresentadas pela FUNAI, para dar continuidade ao processo de delimitação da TI Katxuyana-Tunayana e do Território Quilombola. Exigimos também a paralisação do processo de desafetação das Unidades de Conservação até que o Estado do Pará dê uma resposta para nós mesmos e para a Funai para que possamos manifestar nossa posição sobre as propostas dos órgãos competentes.

Exigimos que o processo do nosso território tradicional continue, que a FUNAI respeite os nossos direitos e que a TI Katxuyana-Tunayana seja demarcada. Não iremos parar de pressionar o governo até que isso aconteça. Repudiamos as tentativas do governo de nos colocar em conflito com os nossos vizinhos. Não à PEC 215! Continuamos fortes, unidos!

Além das lideranças acima já mencionadas esse documento é assinado e apoiado pelos representantes das seguintes organizações indígenas presentes nessa assembleia:

CNPI -Amazônia/Pará – Conselho Nacional de Política Indigenista

APIB –Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

FEPIPA – Federação dos Povos Indígenas do Pará

COIPAM – Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas da Amazônia

CGPH – Conselho Geral dos Povos Hexkaryana

AIKATUK – Associação Indígena Kaxuyana Tunayana e Kahyana

AKANG- Federação das Organizações e Lideranças Tradicionais dos Povos Indígenas do Baixo Amazônia



Pariri - Associação Indígena Pariri do Povo Munduruku do Médio Tapajós

APIM – Associação dos Povos Indígenas do Mapuera

ASPREHE – Associação dos Produtores Rurais da etnia Hexkaryana

Nhamundá – AM, Aldeia Matrinxã, 22 de Março de 2017.

Abaixo assinam: